

Nova convocação

O PRESIDENTE Sarney anunciou as medidas preparatórias de um Plano de Metas Econômicas e Sociais para cuja realização o povo brasileiro deverá ser proximoamente convocado.

REPETE-SE a estratégia adotada na implantação do Plano de Estabilização que, embora lançado na dramática mobilização presidencial de 28 de fevereiro, teve realmente o seu início em dezembro do ano passado.

NAQUELA época foram tomadas providências adequadas para a unificação dos orçamentos da União que assegurou o melhor controle e a transparência das contas do Governo e, bem assim, sancionou-se a reforma fiscal que objetivou a redução do déficit público. Sem tais medidas, a estabilização do cruzado não teria sido viável.

AGORA, com as diretrizes de natureza fiscal, monetária e cambial que vêm de ser adotadas, visando à transparência de recursos do consumo para a poupança, mediante empréstimos compulsórios nas aquisições de bens e serviços supérfluos, incentivos a aplicações a longo prazo e abertura do mercado de capitais a investimentos estrangeiros, tenciona-se obter, além da correção de problemas gerados pela execução do Plano Cruzado, a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento para a retomada do crescimento do País.

A PARTIR de fevereiro, a crise ocorrida em setores do abastecimento público, as di-

ficuldades de acerto de custos financeiros embutidos nos preços a prazo, a mudança de normas contratuais estabelecidas há vinte anos e, principalmente, a frustração dos cálculos fazendários que previam um excedente de arrecadação para cobrir os encargos do Tesouro, levaram as autoridades econômicas a um estado de perplexidade que as induziu a propor ônus nem sempre justificáveis a vários segmentos da iniciativa privada.

POR outro lado, o ritmo acelerado da demanda, provocando o aquecimento da economia, impediu a redução de certos preços que, segundo as promessas da Fazenda, ensejariam o reajuste de outros preços que se achavam defasados antes de fevereiro, levando as autoridades a adotar procedimentos arbitrários para a manutenção do congelamento.

SARNEY em nenhum momento deixou de expressar suas ressalvas a estas atitudes; manteve-se fiel ao pronunciamento com que iniciou "uma guerra de vida ou morte contra a inflação", declarando: "o congelamento de preços é a transição para a estabilidade. Se por um lado desejamos cortar a inércia inflacionária, por outro lado não pretendemos imobilizar o dinamismo do mercado e a pujança da iniciativa privada".

NESSA postura presidencial é que se alicerçou o Plano de Estabilização para cuja conscientização popular empenhamos toda a força do nosso sistema de comunicação.

HOUVE êxito porque o povo acreditou e continua tendo fé na palavra do Presidente. E como as circunstâncias e a evolução do processo econômico tornaram necessários novos sacrifícios por parte do povo, Sarney, empenhado acima de tudo em manter a sua credibilidade, teve a coragem de propô-los com toda a clareza.

NÃO admitiu o Presidente, contudo, que medidas meramente corretivas se sobrepussem às diretrizes essenciais do desenvolvimento econômico e da justiça social, cujas metas de atendimento constituem o seu compromisso com a Nação.

CONFORME tem reiterado, no seu Governo, a sociedade não será convocada para pagar o preço de equívocos, desperdícios ou desatinos do setor público, mas para colaborar em projetos devidamente fundamentados de estabilidade e crescimento.

A CRIAÇÃO de sete milhões de novos empregos, a ampliação da infra-estrutura de energia, transportes, sistema portuário e comunicações, a expansão da produção agrícola e a modernização do parque industrial, simultaneamente com a retomada das obras de saneamento e serviços sociais, anunciados como objetivos a serem atingidos no Plano de Metas — confirmam a disposição do Presidente da República de não se afastar do cumprimento da promessa de ser o último governante de um Brasil subdesenvolvido.